

# Progressistas prometem vigiar Bernardo Cabral

A atuação do relator da Sistematização começa a preocupar a esquerda, que teme um retrocesso

## Sandra fará anteprojeto da Educação

A indicação da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) para elaborar o relatório da Comissão de Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação foi acertada. Sandra tem tudo para fazer um anteprojeto adequado à realidade brasileira e capaz de atender a todas as correntes de pensamento.

Oriunda da extinta UDN e ligada ao ex-governador Carlos Lacerda, de quem foi Secretária de Serviços Sociais, a deputada é um nome de respeito para a tarefa e pessoa da confiança do presidente da Comissão de Sistematização, professor Afonso Arinos de Mello Franco. Foi autora de um substitutivo sobre educação ao projeto elaborado pelo deputado Artur da Távola.

O CORREIO publicou ontem, ao apresentar um perfil da Comissão de Sistematização, informações inverídicas sobre o passado da deputada Sandra Cavalcanti, das quais ela já teve oportunidade de se defender, tendo, inclusive, recorrido ao Poder Judiciário para restabelecer a verdade. É o próprio Supremo Tribunal Federal atestado sua inocência diante das acusações feitas pelo deputado Miro Teixeira, que com ela disputou o governo do Estado do Rio de Janeiro em 82.

Ex-presidente do BNH, professora universitária, a deputada Sandra Cavalcanti reúne méritos para esta e outras tarefas que, com certeza, será chamada a desempenhar no Congresso Nacional.



Sandra Cavalcanti

## D. Ivo chama gaúchos à participação

Porto Alegre — O presidente da Regional Sul da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, lançou ontem, em missa solene na instalação de uma assembleia pastoral reunindo as 15 dioceses do Estado, uma conclamação para que todos os gaúchos participem do processo de encaminhamento de emendas populares à Assembleia Nacional Constituinte. O encontro, realizado na cidade de Erechim (a 360 Km da capital) serviu para adaptar o trabalho pastoral da Igreja gaúcha às resoluções da última assembleia-geral da Conferência realizada em Itaici, São Paulo, em abril.

Dom Ivo, em seu programa de rádio semanal, pediu atenção também para a "conjuntura adversa" do Rio Grande do Sul, que "exige uma revisão profunda dos esquemas de convivência com outras regiões do Brasil" e com a própria União. Anunciou que no dia 6 de julho a CNBB reunirá em Porto Alegre, num ato público, suas sete propostas à Constituinte, tratando de questões relacionadas à vida e família, educação, direitos religiosos, ordem econômica, reforma agrária, populações indígenas e mecanismos de participação popular nas decisões.

## Santillo vê retrocesso na Constituinte

Goiania — O governador Henrique Santillo externou ontem sua preocupação quanto aos resultados das votações nas comissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte, mas manifestou sua confiança de que a maioria dos constituintes venha a redigir uma Constituição moderna, "que não signifique nenhum retrocesso".

"Eu considero que alguns pontos aprovados nas comissões temáticas, se prevalecerem, poderão significar o retrocesso em relação à própria Constituição autárquica que aí se encontra", finalizou.



Covas quer patrulhar Bernardo Cabral e Afonso Arinos na Sistematização



## Forças Armadas garantem poderes constitucionais

RITA NARDELLI Da Editora de Política

A eleição dos deputados federais e estaduais pelo sistema misto — distrital e proporcional — é uma das grandes inovações pela Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições. O anteprojeto aprovado prevê o Estado de Defesa — em lugar das medidas e do Estado de emergência — e o Estado de Sítio, e admite a declaração da inconstitucionalidade por omissão de medidas legislativas ou executivas. O mandato de segurança coletivo, a iniciativa popular de leis e o Defensor do Povo são institutos criados pela Comissão, para garantir o cumprimento da nova Constituição. Aqui, os principais pontos do anteprojeto:

**Alistamento e voto** — O voto é direto e secreto, e são eleitores os brasileiros com dezoito anos ou mais. O alistamento e o voto são obrigatórios, salvo para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os deficientes físicos. Os militares — inclusive cabos e soldados — são alistáveis, exceto os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório.

**Elegibilidade** — São exigidos, como condição de elegibilidade, a filiação a partido político e o domicílio eleitoral por prazo mínimo de seis meses. Os alistáveis são elegíveis e, portanto, os analfabetos podem ser eleitos. São elegíveis os militares alistáveis com mais de dez anos de serviço ativo, os quais serão agregados pela autoridade superior ao se candidatarem, e, se eleitos, passam automaticamente para a inatividade quando diplomados. Os de menos de dez anos são elegíveis caso se afastem espontaneamente da atividade.

**Eleição e mandato Presidencial** — O mandato do presidente Sarney e de seus sucessores é de cinco anos. A eleição do Presidente será feita em dois turnos. O candidato a vice-presidente será considerado eleito em virtude da eleição do candidato a Presidente com ele registrado.

**Reeleição** — Não será permitida a reeleição o Presidente e vice-presidente, dos governadores e vice-governadores, dos prefeitos e vice-prefeitos.

**Mandato de governador e prefeito** — O mandato de governador é de quatro anos, e o de prefeito não foi definido. O governador e o prefeito que assumirem outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta perderão o mandato.

**Eleição para o Legislativo** — Cada estado e o Distrito Federal elegerão, pelo sistema majoritário, três senadores, com mandato de oito anos. Os deputados federais e estaduais serão eleitos pelo sistema misto.

## Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições

Partidos — É livre a criação de partidos. As normas de fidelidade e disciplina partidárias devem constar dos estatutos, e os partidos devem ser de âmbito nacional. Somente poderão concorrer às eleições nacionais, estaduais e municipais os partidos que contarem o mínimo de meio por cento de filiados em relação ao total de eleitores do País, Estado, Município ou Distrito. São considerados de âmbito nacional — para acesso à propaganda gratuita e ao fundo partidário — os partidos que tiverem obtido um por cento dos votos apurados nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados, ou um por cento das cadeiras na Câmara. A União ressarcirá os partidos pelas despesas com suas campanhas eleitorais e atividades permanentes.

**Estado de defesa** — Poderá ser decretado pelo presidente da República, ouvido o Conselho Constitucional, quando for necessário preservar ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções. A prisão por crime contra o Estado — que não poderá ser superior a dez dias — será comunicada imediatamente ao juiz. É facultado ao preso requerer exame de corpo de delito. E vedada a incomunicabilidade do preso. O Congresso decidirá por maioria absoluta sobre o Estado de Defesa.

**Conselho constitucional** — órgão de consultoria política para assuntos referentes à ordem pública e à paz social, é presidido pelo presidente da República e dele participam o vice-presidente, os presidentes do Senado e da Câmara, o ministro da Justiça e um ministro militar, em rodízio anual.

**Estado de sítio** — Poderá ser decretado pelo presidente da República, nos casos de comocão grave de repercussão nacional ou fatos que comprovem a ineficácia da medida tomada de Estado de Defesa, ou ainda nas hipóteses de declaração de Estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. O Congresso deliberará por maioria absoluta, e designará comissão para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas. O deputado ou senador cujos atos, fora do recinto, sejam incompatíveis com a execução do Estado de sítio, poderá ter suas imunidades suspensas por dois terços da Câmara ou do Senado.

**Forças Armadas** — Destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. **Serviço Militar** — é obrigatório, mas cabe serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência para eximir-se de atividades essencialmente militares.

**Segurança Pública** — É exercida pelas polícias federal, militar e civil, pelos corpos de bombeiros e guardas-municipais.

**Supremo Tribunal Federal** — tem sua composição ampliada de 11 para 16 ministros, e pode declarar a inconstitucionalidade por omissão, dando ao poder competente prazo para a adoção de medidas, sob pena de responsabilidade e suprimento pelo próprio tribunal.

**Inconstitucionalidade** — Pode ser argüida não apenas pelo procurador-geral da República, mas também por partidos, entidades associativas de âmbito nacional, governadores, Câmara e Senado, Assembleias Legislativas, tribunais superiores e por quem sofrer violação de direito por inércia do poder público.

**Emenda à Constituição** — pode ser apresentada por membros da Câmara ou Senado, pelo presidente da República e por mais de metade das Assembleias Legislativas.

**Mandato de segurança coletivo** — destinado a proteger direito não amparado por habeas corpus, pode ser impetrado por partidos, organizações sindicais, associações de classe.

**Iniciativa Popular** — O projeto de lei deve ser subscrito por no mínimo três décimos por cento do eleitorado nacional, distribuídos em pelo menos cinco estados, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.

**Defensor do povo** — Eleito pelo Congresso, cuidará do cumprimento da Constituição e das leis, defenderá o cidadão contra ações ou omissões lesivas aos seus interesses, criticará atos da administração e promoverá defesa da ecologia e dos direitos dos consumidores.

**Confisco** — O Congresso poderá, após sentença condenatória, decretar o confisco de bens de quem tenha enriquecido ilícitamente à custa do patrimônio público ou no exercício de cargo ou função pública.

**Crime de responsabilidade** — Perde o mandato eletivo ou função, a autoridade que cometer crime que implique inobservância de normas constitucionais.

Os progressistas do PMDB anotaram, com desconfiança, declaração de Bernardo Cabral segundo a qual o relatório da Comissão de Ordem Econômica era um "retrocesso", mas a da Ordem Social um "avanço exagerado, havendo necessidade de corrigir esse estrabismo ideológico". Um vice-líder da bancada do PMDB na Câmara, que se inclina mais para a esquerda confidenciava ontem:

— Estamos certos de que precisamos vigiar mais de perto o Bernardo Cabral. O senador Mário Covas anotava esses fatos com preocupação, ontem, em seu gabinete, prometendo agir, se necessário ("estou aqui para apagar incêndios"). Covas sustenta que Bernardo Cabral, como relator-geral da Comissão de Sistematização indicado pelo PMDB, que é o partido amplamente majoritário da Constituinte, "não tem o direito de diluir o poder da relatoria geral, que pertence ao partido, não a ele".

Segundo Covas, Cabral não pode nivelar as duas comissões — a dos cinco relatores adjuntos e a de relatores de campo. Esta última comissão poderá, no máximo, oferecer subsídios, cabendo aos relatores adjuntos do PMDB trabalhar junto ao relator-geral de forma definitiva.

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, depois de conferenciar demoradamente, até o início da noite de ontem, com o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, declarou à imprensa que está informado dos problemas que está criando o relator-geral da Comissão de Sistematização e pretende chamá-lo para uma conversa ainda hoje.

As lideranças do PMDB estão preocupadas com o "comportamento pendular" que o deputado Bernardo Cabral vem adotando na qualidade de relator da Comissão de Sistematização. Cabral está sendo criticado no Partido, sobretudo nos setores progressistas e entre os líderes, por ter designado uma comissão de relatores de campo de forte tendência conservadora.

Depois de designar uma comissão de relatores adjuntos do próprio PMDB — senadores Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins e José Inácio Ferreira —, Bernardo Cabral designou uma comissão que intitulou de relatores de campo, integrada pelo deputado Renato Viana (PMDB), deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Joaquim Bevilacqua (PTB), Adolfo de Oliveira (PL), Senador Virgílio Távora e deputado Antônio Carlos Konder Reis, além do deputado Nilson Gibson, provocando desconflância dos progressistas.

Os deputados Roberto Freire (PCB), Brandão Monteiro (PDT) e José Genoíno (PT) procuraram o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, para manifestar preocupação diante desse "estranho comportamento" do relator. Graças à pressão exercida por aqueles três parlamentares de esquerda, Covas acabou indicando o deputado Vivaldo Barbosa, do PDT fluminense, para compor a referida comissão dos relatores de campo.

Esse grupo ameaça entrar em conflito com os relatores adjuntos nomeados pelo próprio Bernardo Cabral, uma vez que já se reuniram, ontem, no Produsen, anunciando todos eles que hoje começam a trabalhar "para compatibilizar os pontos em choque" nos relatórios das diversas comissões temáticas. Acontece que esse, justamente, o objetivo do trabalho que pretendem realizar os relatores adjuntos designados pelo relator-geral.

Um vice-líder de Mário Covas dizia ontem que já vem de algum tempo o descontentamento do PMDB com a atuação de Bernardo Cabral. E lembrou que, uma vez eleito relator, o deputado amazonense deu diversas declarações sustentando que o trabalho importante era o seu, sendo o resto "mera baleia".

O senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Nelson Jobim afirmavam ontem que o trabalho dos relatores adjuntos é justamente compatibilizar os textos das comissões temáticas em um só, eliminando impropriedades, redundâncias e conflitos — a mesma tarefa que os relatores de campos se propõem a realizar, gerando a expectativa de um conflito no trabalho da Comissão.

Meu universo de trabalho é esta comissão de cinco. De mais, não tomo conhecimento — dizia, em tom irritado, o deputado gaúcho Nelson Jobim, evitando comentar o comportamento do relator da Comissão de Sistematização.

Um vice-líder de Mário Covas dizia ontem que já vem de algum tempo o descontentamento do PMDB com a atuação de Bernardo Cabral. E lembrou que, uma vez eleito relator, o deputado amazonense deu diversas declarações sustentando que o trabalho importante era o seu, sendo o resto "mera baleia".

Ele defendia o mandato de quatro anos até ser eleito relator. Uma vez empossado, passou a defender o mandato de cinco anos para Sarney — dizia o mesmo vice-líder.

— Ele defendia o mandato de quatro anos até ser eleito relator. Uma vez empossado, passou a defender o mandato de cinco anos para Sarney — dizia o mesmo vice-líder.

— Ele defendia o mandato de quatro anos até ser eleito relator. Uma vez empossado, passou a defender o mandato de cinco anos para Sarney — dizia o mesmo vice-líder.

— Ele defendia o mandato de quatro anos até ser eleito relator. Uma vez empossado, passou a defender o mandato de cinco anos para Sarney — dizia o mesmo vice-líder.

— Ele defendia o mandato de quatro anos até ser eleito relator. Uma vez empossado, passou a defender o mandato de cinco anos para Sarney — dizia o mesmo vice-líder.

— Ele defendia o mandato de quatro anos até ser eleito relator. Uma vez empossado, passou a defender o mandato de cinco anos para Sarney — dizia o mesmo vice-líder.

— Ele defendia o mandato de quatro anos até ser eleito relator. Uma vez empossado, passou a defender o mandato de cinco anos para Sarney — dizia o mesmo vice-líder.

## Família terá hoje primeiro relatório

No primeiro dia de trabalho dos oito relatores auxiliares na Comissão de Sistematização, foi delegada à deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) a tarefa de elaborar o relatório pendente da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Com base nos três relatórios aprovados nas subcomissões e no segundo substitutivo derrotado do relator da comissão, deputado Artur da Távola, hoje mesmo ela irá apresentar a sua primeira proposta de parecer ao relator Bernardo Cabral. Um dos auxiliares diretos de Cabral na Sistematização, o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) garantiu ontem que Sandra Cavalcanti concorda com 70 por cento do substitutivo de Artur da Távola.

Na Sistematização vamos evitar apresentar um capítulo setorial referente à família. Será um meio termo, sem que represente os interesses dos donos de colégios, de veículos de comunicação, ou dos que querem jogar uma bomba nos colégios — observou o parlamentar.

Na primeira reunião dos oito relatores, que começou logo pela manhã, foi dado início efetivamente ao trabalho de preparação dos sete relatórios aprovados, através de uma divisão de tarefas para o enxugamento das repetições e superposições de artigos nos textos apresentados. Ficou definido pelo relator Bernardo Cabral que cada um dos oito relatores auxiliares cuidará de uma comissão específica, com o respectivo relatório.

Dentro da divisão de trabalho programada, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) irá encarregar-se dos relatórios das comissões de Ordem Econômica e do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças em conjunto com o deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP); Nilson Gibson (PMDB-PE) da Ordem Social; Renato Viana (PMDB-SC), da Organização do Estado; Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), da Família, Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), da Soberania, Direitos do Homem e da Mulher e Garantias, Konder Reis (PDS-SC), da Organização Partidária e Sistema Eleitoral; e o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) se encarregará do relatório da Comissão de Organização dos Poderes.

Durante os próximos cinco dias, até domingo, este grupo se reunirá todos os dias, e no final apresentará ao relator titular Bernardo Cabral um texto contendo uma proposta de ordenamento do projeto constitucio-

nal que deverá ser encaminhado ao plenário da Sistematização até o dia 26 de junho. Na reunião de hoje eles começarão a discutir o rascunho do projeto com a ordenação dos capítulos. O deputado Adolfo de Oliveira adiantou que a tendência é abrir o projeto com o preâmbulo a ser escrito por Bernardo Cabral, seguindo-se os capítulos referentes aos direitos e garantias individuais, organização do Estado e organização dos poderes. "Nestes primeiros cinco dias nosso trabalho será acompanhado pelo relator Bernardo Cabral, e o tempo, os diretrizes e decisões serão exclusivamente dele", comentou Adolfo de Oliveira.

Além deste grupo de oito relatores auxiliares, Bernardo Cabral — que começou ontem a atender convites de palestras em Belo Horizonte — designou como relatores adjuntos os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), José Ignácio (PMDB-ES), Wilson Martins (PMDB-MS) e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Eles cuidarão do apoio político, marcando as posições do PMDB, como partido majoritário na Constituinte. Como "consultores pessoais", Cabral montou uma equipe formada pelo deputado Michel Temer (PMDB-SP), senador

Maurício Corrêa (PDT-DF), deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), Haroldo Lima (PC do B-BA) e o ex-presidente do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), Sérgio Ferraz.

O levantamento minucioso e metódico dos pontos conflitantes dos sete relatórios será feito pelos oito relatores auxiliares. De posse do seu relatório específico, cada um terá de compará-lo com os demais e anotar todos os dispositivos que estiverem invadindo a sua área. Provavelmente no sábado eles se reunirão para "amarrar" o texto final do esboço a ser entregue a Cabral no domingo.

No caso de repetição de propostas idênticas em vários relatórios, os relatores apresentarão a Bernardo Cabral as alternativas, cabendo a ele decidir sobre o que será adotado, respeitando-se a competência da comissão temática específica. Um exemplo claro de superposição de propostas — além do mandato presidencial, que figura em duas comissões — é a do papel do Supremo Tribunal Federal. Os poderes do STF, de acordo com a comissão, foram reduzidos e ampliados. Chegou a ser proposta, inclusive, sua extinção.

No caso de repetição de propostas idênticas em vários relatórios, os relatores apresentarão a Bernardo Cabral as alternativas, cabendo a ele decidir sobre o que será adotado, respeitando-se a competência da comissão temática específica. Um exemplo claro de superposição de propostas — além do mandato presidencial, que figura em duas comissões — é a do papel do Supremo Tribunal Federal. Os poderes do STF, de acordo com a comissão, foram reduzidos e ampliados. Chegou a ser proposta, inclusive, sua extinção.

No caso de repetição de propostas idênticas em vários relatórios, os relatores apresentarão a Bernardo Cabral as alternativas, cabendo a ele decidir sobre o que será adotado, respeitando-se a competência da comissão temática específica. Um exemplo claro de superposição de propostas — além do mandato presidencial, que figura em duas comissões — é a do papel do Supremo Tribunal Federal. Os poderes do STF, de acordo com a comissão, foram reduzidos e ampliados. Chegou a ser proposta, inclusive, sua extinção.

No caso de repetição de propostas idênticas em vários relatórios, os relatores apresentarão a Bernardo Cabral as alternativas, cabendo a ele decidir sobre o que será adotado, respeitando-se a competência da comissão temática específica. Um exemplo claro de superposição de propostas — além do mandato presidencial, que figura em duas comissões — é a do papel do Supremo Tribunal Federal. Os poderes do STF, de acordo com a comissão, foram reduzidos e ampliados. Chegou a ser proposta, inclusive, sua extinção.

No caso de repetição de propostas idênticas em vários relatórios, os relatores apresentarão a Bernardo Cabral as alternativas, cabendo a ele decidir sobre o que será adotado, respeitando-se a competência da comissão temática específica. Um exemplo claro de superposição de propostas — além do mandato presidencial, que figura em duas comissões — é a do papel do Supremo Tribunal Federal. Os poderes do STF, de acordo com a comissão, foram reduzidos e ampliados. Chegou a ser proposta, inclusive, sua extinção.

No caso de repetição de propostas idênticas em vários relatórios, os relatores apresentarão a Bernardo Cabral as alternativas, cabendo a ele decidir sobre o que será adotado, respeitando-se a competência da comissão temática específica. Um exemplo claro de superposição de propostas — além do mandato presidencial, que figura em duas comissões — é a do papel do Supremo Tribunal Federal. Os poderes do STF, de acordo com a comissão, foram reduzidos e ampliados. Chegou a ser proposta, inclusive, sua extinção.

No caso de repetição de propostas idênticas em vários relatórios, os relatores apresentarão a Bernardo Cabral as alternativas, cabendo a ele decidir sobre o que será adotado, respeitando-se a competência da comissão temática específica. Um exemplo claro de superposição de propostas — além do mandato presidencial, que figura em duas comissões — é a do papel do Supremo Tribunal Federal. Os poderes do STF, de acordo com a comissão, foram reduzidos e ampliados. Chegou a ser proposta, inclusive, sua extinção.

No caso de repetição de propostas idênticas em vários relatórios, os relatores apresentarão a Bernardo Cabral as alternativas, cabendo a ele decidir sobre o que será adotado, respeitando-se a competência da comissão temática específica. Um exemplo claro de superposição de propostas — além do mandato presidencial, que figura em duas comissões — é a do papel do Supremo Tribunal Federal. Os poderes do STF, de acordo com a comissão, foram reduzidos e ampliados. Chegou a ser proposta, inclusive, sua extinção.

No caso de repetição de propostas idênticas em vários relatórios, os relatores apresentarão a Bernardo Cabral as alternativas, cabendo a ele decidir sobre o que será adotado, respeitando-se a competência da comissão temática específica. Um exemplo claro de superposição de propostas — além do mandato presidencial, que figura em duas comissões — é a do papel do Supremo Tribunal Federal. Os poderes do STF, de acordo com a comissão, foram reduzidos e ampliados. Chegou a ser proposta, inclusive, sua extinção.

No caso de repetição de propostas idênticas em vários relatórios, os relatores apresentarão a Bernardo Cabral as alternativas, cabendo a ele decidir sobre o que será adotado, respeitando-se a competência da comissão temática específica. Um exemplo claro de superposição de propostas — além do mandato presidencial, que figura em duas comissões — é a do papel do Supremo Tribunal Federal. Os poderes do STF, de acordo com a comissão, foram reduzidos e ampliados. Chegou a ser proposta, inclusive, sua extinção.

## Fiesp contra os avanços trabalhistas

São Paulo — Os empresários começam a se mobilizar hoje contra a aprovação, pela Comissão de Ordem Social da Constituinte, jornada semanal de 40 horas e amplo direito de greve. Dizendo que "uma situação dessas é dramática para as empresas, pois só aumenta encargos e desestimula novos investimentos", o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, afirmou ontem que leis nesse sentido "não podem surgir dessa forma", justificando que o País não está em estágio econômico adequado "para suportar tudo isso de uma vez".

Concordo que algo precisa ser feito para modernizar e melhorar a lei de greve, as 40 horas são discutíveis e precisam ser melhor analisadas, a estabilidade e férias em dobro são algo, neste momento, fora de propósito — disse Amato, acreditando que legislação como essa depõe contra o próprio trabalhador, pois levará o empresário a aumentar o grau de automação nas fábricas como forma de defesa diante dos altos custos trabalhistas. O presidente da Fiesp disse que pretende reunir líderes empresariais de outras classes para debater a questão "e lutar para que essa coisa não passe desse jeito".